



DO PLANO À EXECUÇÃO: CONTRADIÇÕES

EDITORIAL

Foi com grande pompa que o governo federal lançou, no primeiro semestre deste ano, por meio do Ministro da Educação Fernando Hadad, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), também conhecido como “PAC da Educação”. No entanto, é preciso delimitar a abrangência do Plano, considerando a lógica que vem sendo utilizada até aqui e que, infelizmente, não coloca a educação pública, de qualquer nível, como prioridade.

A educação está entre os muitos segmentos da estrutura social brasileira historicamente

sucateados, evidenciando a necessidade de mudanças urgentes e significativas no setor. Nosso sistema educacional, a exemplo de outros setores da economia, foi sendo pouco a pouco privatizado. Daí que, desde o início da década de oitenta, assistimos a um grande crescimento das escolas privadas de ensino fundamental que visava atender a demanda de quem procura qualidade e pode pagar por isso, uma vez que a escola pública não respondia positivamente, seja no aspecto físico, seja no de recursos humanos. A estrutura da escola pública foi ficando decadente e seu professorado acompanhou essa queda, tendo suas condições de trabalho e remuneração cada vez mais precarizadas, apesar das muitas lutas que travou. Assim, de forma contínua e crescente, setores da classe média foram migrando para a escola privada; esta, por sua vez, contribuiu para transformar a educação em mais uma mercadoria.

Já o caso do ensino superior é quase o inverso disso. Salvo algumas poucas exceções, a universidade pública ainda é o espaço de formação mais eficiente e reconhecido que temos; no entanto, justamente por exigir um grau de conhecimento que não é oferecido aos estudantes das escolas públicas, ela não os acolhe. Diante desse dilema, a conclusão é simples: o aluno mal formado na educação básica vai para o ensino superior privado, cuja qualidade é muitas vezes duvidosa, perpetuando uma formação deficitária.

Nessa lógica, seria lícito supor que o PDE, como expressão máxima das medidas adotadas pelo governo no setor, promovesse a inversão desse quadro na direção de resgatar a educação pública de qualidade. Será? Não. Primeiro porque o anúncio apresentou um investimento de 8 bilhões na educação, mas não explicitou de onde virá o dinheiro. Em 2007, o volume de recursos previsto é de 1 bilhão, com apenas 500 milhões provenientes do Fundeb assegurados; sobre o restante dos recursos o MEC responde de forma evasiva que os buscará. É preciso que digam onde.



Kaline Kloster

EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO E CULTURA: INTERAÇÃO NECESSÁRIA

As relações entre os setores especializados da educação e da cultura são difíceis, pois eles ainda são vistos como partes diferentes dentro do todo. Se, por um lado, a educação é praticada de modo rotineiro e automatizado, por outro, a cultura é dinâmica, já que trabalha com processos mais próximos das realidades sensíveis, ainda que possamos ver a mesmice também nas atividades artístico-culturais. Evidentemente, essas imagens são representações “gerais” que nem sempre correspondem à verdade dos processos culturais e educacionais.

Hoje, a educação já assimilou muito das práticas culturais comunitárias, desenvolvendo atividades e projetos com teatro, música, dança, literatura, vídeo etc. Já se percebeu que pensar a educação também por intermédio das artes pode proporcionar a desautomatização dos comportamentos, na medida em que suas diversas linguagens funcionam como elementos dinamizadores das relações humanas e sociais.

A educação e a cultura devem retomar os chamados “contextos sensíveis” em que a vida acontece. A desordem atual é causada pelo desejo irrefreado e induzido de sucesso a qualquer preço no mundo de celebridades. O planeta é destruído pela esquisita fome de dinheiro, mostrando que o capital é o senhor solenemente desejado por todos, pobres e ricos. A cultura precisa entrar em cena contra a barbárie do mercado mundial.

A tradição educacional iluminista, fundada na pretensão predominância da “razão” sobre a “ignorância”, entrou em crise com os impactos das relações de trabalho impingidas aos trabalhadores e dos valores imediatistas

dos *mídia*. Essa cultura iluminista perdeu as luzes e só ficaram sombras clamando no “deserto do real”.

A educação e a cultura devem se juntar para descolonizar as cabeças do consumo *fast food*, numa ação de crítica à sociedade contemporânea do consumo de “drogas” impostas aos cidadãos. A educação livre e criativa deve ser o oposto de uma formação instrumental voltada para o mercado. Cultura e educação devem se juntar para incentivar “ilhas de criação” que não separem o social do cultural e para criar a esfera pública educativo-cultural, desfazendo as escolas de ideologias tecnocráticas e corporativistas.

Juntar partes separadas pela lógica da especialização requer o trabalho de vários atores sociais. No caso da educação, os professores precisam refletir sobre seu empoderamento e sobre um pensamento atento aos “imaginários radicais”, pondo-se contra o “trabalho morto”; os estudantes precisam se sentir agentes, e não pacientes da educação, e os governos locais precisam repensar a “partição” de poder em secretarias.

É preciso, enfim, reinventar a educação e a cultura, impedindo que sejam pautadas somente pela repetição dos discursos de correntes metodológicas da moda. E, como diz mestre Paulo Freire, “Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente”.¹

¹ Paulo Freire. *A educação na cidade*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1991, p. 25.

VALMIR DE SOUZA

Professor e Doutor em Teoria Literária (FFLCH-USP);
Diretor do SINPRO-Guarulhos

Além disso, alega-se que a prioridade do “PAC da Educação” é mesmo a educação básica. Não por outro motivo, o governo federal propõe auxílio financeiro às mil prefeituras que apresentarem os piores indicadores e a criação de um piso nacional de R\$ 800,00 para professores, para tanto instituindo as avaliações ao longo da educação básica. Aliás, tal piso salarial, que já se pode considerar absolutamente insuficiente para remunerar com dignidade o trabalho docente, só será atingido ao longo de três anos, ou seja, em 2010. Outro problema é que, no caminho inverso da busca de recursos para o PDE, o governo anistia por 10 anos as dívidas das universidades privadas, das quais boa parte, sob o guarda-chuva da filantropia, usufrui de benefícios administrativos e/ou tributários. Outrossim, por meio do PROUNI o governo continua comprando vagas nas instituições particulares, transferindo dinheiro público para a iniciativa privada e propagando a imagem de que esse é o governo da inclusão, de que “nunca antes neste país” tantas pessoas concluíram o ensino superior, ou tiveram a felicidade de ver um diploma enquadado na sala. O que fazer com o canudo depois de formado é outra história, pois evidentemente o mercado não absorverá esses profissionais, dados o desemprego e a formação questionável que a maior parte desses empreendimentos educacionais privados apresenta.

Sem resolver essas contradições, o PDE do governo Lula, em vez de explicitar claramente um projeto de ensino de qualidade na educação pública, há anos reivindicado pelas forças progressistas de nossa sociedade, adota um modelo continuísta que não permite sequer uma sobrevida à agonizante situação da escola pública brasileira e dos alunos e alunas que a têm como única oportunidade de formação.

O resto da história nós já conhecemos: desigualdade e exclusão social como garantia de um Brasil de poucos.

ANDRÉA L. HARADA SOUSA
Professora de Literatura e presidente
do SINPRO-Guarulhos

SEÇÕES/DESTAQUES

p. 2

• Entrevista



DERMEVAL SAVIANI ANALISA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

p. 3

• Depoimentos docente e discente

• Reformas neoliberais: a ordem é resistir

• Ações do SINPRO nas escolas

p. 4

• Raça e Etnia no Brasil

• Agosto popular de Guarulhos

• Noitadas culturais no Sinpro “programação”

I NOITADA CULTURAL NO SINPRO



Gabriel Vinicius

O Sinpro-Guarulhos e a Cia. Brancaléone ousaram e na noite/madrugada/manhã de 29 de junho passado realizaram a “I Noitada Cultural”. Música, poesia, teatro, vídeo, performances, exposições de fotos e esculturas povoaram a sede do Sindicato, provando ser possível reunir, num mesmo espaço e tempo, diversas criações artísticas de diferentes “fazedores de cultura” (e não produtores culturais). Foi a demonstração das possibilidades de uma arte libertária, contrária à “arte de condomínio”, fechada em si mesma, cega, surda e muda diante dos acontecimentos.

A idéia do projeto nasceu com o objetivo de tornar público aquilo que o “phoder” público tem negligenciado. Estamos atuando de forma combativa e contrária a essa não-política que cada vez mais transforma o espaço público em privado. É preciso dar voz e espaço para as manifestações culturais livres, aquelas que não se acomodam nem se acomodam sob as asas da burocracia governamental, tampouco

propagandeiam o ideário burguês que cumpre as regras do mercado em nome do fetiche que ele ostenta. Fazer esse jogo seria tornar o movimento cultural letárgico e ultrapassado. Cumprir aquilo que o mercado determina sem questioná-lo é, no mínimo, fazer um jogo de cartas marcadas, do qual se conhece o final. É distanciar-se das manifestações culturais da população, converter a arte em produto genérico e pasteurizado, sem cor, cheiro, textura, ação e prazer.

Dando seqüência ao projeto, as NOITADAS CULTURAIS acontecerão todo último sábado de cada mês, na sede do Sinpro-Guarulhos, sempre a partir das 20 horas. Convoquemos todos a participar do variado cardápio cultural – livre e popular – que organizamos para o semestre, que pode ser conferido na página 4.

NELSON VELLOSO
Prof. de História e diretor do SINPRO-Guarulhos



Gabriel Vinicius

ENTREVISTA

DERMEVAL SAVIANI

Graduado em Filosofia (1966) e doutor em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971). Em 1986, obteve o título de livre-docente, e, em 1991, foi aprovado no Concurso de Professor Titular de História da Educação da UNICAMP. Professor Emérito da UNICAMP e Coordenador Geral do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR). Seus principais temas de pesquisa são: educação brasileira, legislação do ensino e política educacional, história da educação, história da educação brasileira, historiografia e educação e história da escola pública.

Expressão Sindical: No livro *Pedagogia histórica-crítica: primeiras aproximações* o Sr. define o trabalho educativo como o "ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens". A chamada "globalização" tem impactado os valores que tendiam a orientar os mundos do trabalho, a sociedade, as noções de humano / humanidade e, claro, a formação escolar e as equipes pedagógicas. Quais as possibilidades objetivas que as escolas têm, hoje, de "produzir humanidade"? Não seria tarefa demasiada para a escola, já que ela é parte de uma estrutura que, para sustentar-se, não precisa "produzir humanidade"?

Dermeval Saviani: A mencionada definição do trabalho educativo tem caráter geral e se reporta ao significado da educação ao longo da história da humanidade nos diferentes tipos de sociedade. A escola, enquanto integrante do processo da educação, participa, na sua especificidade, do conteúdo expresso naquela definição. É preciso observar, porém, que, de acordo com os diferentes modos de produção da existência humana, configuram-se determinados tipos de sociedade que atribuem à educação e à escola uma significação determinada. Com a divisão da sociedade em classes sob o capitalismo, a educação recebeu uma determinação particular marcada pelo conflito entre as classes fundamentais. Nessas condições, aquele significado geral da educação expresso na definição citada tende a ser negado na mesma proporção em que esse tipo de sociedade, em lugar de concorrer para a promoção da humanidade em seu conjunto, submete a maioria dos seres humanos a um processo de dominação e exploração pela minoria que detém a propriedade dos meios de produção e, assim, controla a sociedade em suas várias dimensões – econômica, social, política, cultural e pedagógica. Daí as dificuldades da escola em cumprir seu papel educativo; daí também a necessidade de reafirmar o significado da educação, buscando integrá-la no processo mais amplo de transformação da sociedade em direção à abolição da apropriação privada, o que permitirá colocar as conquistas da humanidade em benefício de todos os seus membros.

ES: O Plano de Desenvolvimento da Educação, recentemente divulgado pelo governo federal, estabelece uma série de projetos, intervenções e intenções. Como o Sr. avalia suas linhas gerais e intencionalidades?

DS: O PDE pode ser visto como uma tentativa do governo de responder aos clamores da sociedade no que se refere aos graves problemas de qualidade da escola básica pública. Iniciativa válida, já que procura centrar o foco na qualidade construindo instrumentos de aferição do nível de eficácia do ensino ministrado (caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEb) e se voltar, precipuamente, para as administrações municipais em que se detecta ponto de estrangulamento do ensino fundamental. Mas o Plano apresenta deficiências graves nas questões centrais do financiamento e do magistério. A base de sustentação financeira do Plano é o FUNDEB, que, entretanto, não significou aumento dos recursos; ao contrário, se o número de estudantes atendidos pelo Fundo aumentou de 30 milhões para 47 milhões (56,6%), o seu montante passou de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 48 bilhões, apenas 36,3%. A complementação da União também não implicou acréscimo. Antes, ela deveria entrar com pelo menos 30% de seu orçamento; ora, o orçamento do MEC para 2007, após o corte de R\$ 610 milhões imposto pela Fazenda, é de R\$ 9,130 bilhões, logo, 30% corresponderiam a R\$ 2,739 bilhões. No entanto, a complementação prevista da União para 2007 se limita a 2 bilhões. Quanto ao magistério, é consenso o reconhecimento de dois requisitos fundamentais: condições de trabalho e salário/formação. O PDE cuidou da questão salarial definindo um piso de R\$ 850,00, valor corrigido pela inflação sobre um salário de R\$ 300,00 proposto em 1994. Esse valor correspondia a 4,28 salários mínimos; em relação ao salário mínimo atual, representa 2,23 vezes. Além disso, prevê-se sua implantação gradativa, chegando apenas em 2010 aos R\$ 850,00. Significa importante aumento para as regiões em que os salários se encontram muito depreciados, mas é preciso ter presente que tais salários se referem, em geral, a jornadas de 20 horas semanais, enquanto o projeto do novo piso supõe uma jornada de 40 horas. Com relação às condições de trabalho, a questão principal, não contemplada pelo PDE, diz respeito à carreira profissional dos professores. Dever-se-ia propor a jornada integral em um único estabelecimento de ensino, para fixar os professores nas escolas, com presença diária e identidade com elas. E ainda destinar 50% da jornada para as aulas e o restante para permitir a participação do professor na gestão da escola, na elaboração do projeto pedagógico, nas reuniões de colegiado, no atendimento à comunidade e, principalmente, na orientação dos estudos do aluno em atividades de reforço. Para a formação docente, o PDE recorre à Universidade Aberta do Brasil (UAB), oferecendo cursos a distância de formação inicial e continuada dos professores. Não nego que o EAD possa ser utilizado com proveito no enriquecimento dos cursos de formação de professores. Tomá-lo, entretanto, como a base desses cursos não deixa de ser problemático, pois arrisca converter-se num mecanismo de certificação antes que de qualificação efetiva. Esta exige cursos regulares, de longa duração, ministrados em instituições sólidas e organizadas preferencialmente na forma de universidades.

ES: Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, o Sr. ressalta que o PDE está embasado numa lógica de mercado contemplada, por exemplo, na "pedagogia das competências". Os PCNs já não acenavam nessa direção?

DS: Sim. Embora na gestão atual o MEC esteja procurando atacar questões básicas relativas à qualidade do ensino que foram transcuradas pela administração anterior, a lógica de base não foi alterada, mesmo porque ela decorre de uma política econômica que o governo Lula continuou. Tanto assim que o PDE foi proposto em sintonia com o grupo de empresários que lançou, em setembro de 2006, o Compromisso Todos pela Educação. Portanto, ainda que os PCNs não integrem o arsenal dos recursos de política educativa do atual ministro, a lógica subjacente a eles é a mesma que sustenta o PDE.

ES: Pesquisa coordenada pelo Sr. no início da década de 80 identificou quatro concepções filosóficas orientadoras das práticas educacionais no Brasil: a) humanista tradicional; b) humanista moderna; c) analítica e d) dialética. Como vê, hoje, a presença e o embate entre essas concepções no planejamento educacional e na prática escolar?

DS: Abordo essa questão em meu novo livro *História das idéias pedagógicas no Brasil*, que será lançado em setembro. Na Conclusão, retomo, em três atos, o drama do professor descrito no livro. Primeiro ato: o professor tinha a cabeça escolanovista, mas era obrigado a atuar nas condições tradicionais; segundo ato: nessas condições sobrevém a ele a tendência tecnicista, instando-o a ser eficiente e produtivo; terceiro



www.histedbr.fae.unicamp.br

ato: ao mesmo tempo, a visão crítico-reprodutivista veio mostrar que, na crença de estar formando indivíduos autônomos, o professor estava reproduzindo a ordem vigente e, assim, contribuindo para reforçar os mecanismos de exploração. Como as pedagogias contra-hegemônicas formuladas nos anos 80 não tiveram força para reverter esse quadro, nos 90 o professor entra no quarto e atual ato de seu drama: ainda se pede a ele eficiência e produtividade, mas agora sem seguir um planejamento rígido; não é preciso pautar sua ação por objetivos predefinidos e regras preestabelecidas. Como ocorre com os trabalhadores de modo geral, também os professores são instados a se aperfeiçoarem continuamente, num eterno processo de aprender a aprender. Acena-se, então, com cursos de atualização ou reciclagem referidos a aspectos fragmentários da atividade docente, todos eles aludindo a questões práticas do cotidiano. O mercado e seus porta-vozes governamentais parecem querer um professor ágil e flexível que, a partir de uma formação inicial ligeira, de curta duração e a baixo custo, prosseguiria sua qualificação no exercício da docência, lançando mão da reflexão sobre a própria prática, eventualmente apoiada em cursos rápidos, ditos também "oficinas". Estas, recorrendo aos meios informáticos, transmitiriam em doses homeopáticas as habilidades que o tornariam competente nas pedagogias da "inclusão excludente", do "aprender a aprender" e da "qualidade total". É a concepção produtivista que, hegemônica desde a década de 70, é agora refuncionalizada numa espécie de neoprodutivismo.

ES: Há pelo menos três décadas, a oferta de educação superior tem sido coberta, majoritariamente, pelas instituições privadas, tornando-as as maiores contratantes de professores. De que forma essa situação reflete a queda na qualidade do ensino/da formação, a ampliação de vínculos acrílicos com os mercados, a destituição do lugar acadêmico da extensão e da pesquisa e a precarização do trabalho docente?

DS: De fato, esses aspectos estão interligados. Como a maioria das instituições privadas de ensino superior se guia pelos mecanismos de mercado, não contemplando institucionalmente a pesquisa, o ensino ministrado resulta numa formação precária. E como a maioria dos professores que lecionam na educação básica pública é formada nessas instituições, isso se reflete na baixa qualidade desse nível de ensino, dando origem a um círculo vicioso que não poderá ser revertido pelas políticas paliativas até agora postas em prática.

ES: O ensino técnico e tecnológico vem sendo considerado um tipo de formação, respectivamente, média e superior mais adequado às expectativas dos jovens de ingresso no mercado de trabalho. Tais opções representariam a perda de prestígio do ensino de natureza propedêutica, teórica e humanista, em favor do ensino instrumental e prático?

DS: Num contexto como o atual, no qual o indivíduo não pode esperar, das oportunidades escolares, acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade, a educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, mas não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo. É o crescimento excludente, em lugar do desenvolvimento inclusivo que se buscava atingir no período keynesiano. A teoria do capital humano foi refuncionalizada, com isso alimentando a busca de produtividade na educação. Nessa situação, acaba por prevalecer um clima pragmático, individualista e imediatista, sendo compreensível a expectativa favorável a um ensino que estabeleça uma ponte direta e imediata com a ocupação de determinados postos no mercado de trabalho. Mas, assim procedendo, não será possível formar indivíduos autônomos e cidadãos conscientes e, portanto, profissionais

destaque para empresários e políticos, que define a educação como a prioridade das prioridades. Na conclusão de meu livro *Da nova LDB ao FUNDEB* assim me refiro a essa estratégia: consideremos o reconhecimento consensual de que vivemos na sociedade do conhecimento e de que nesse tipo de sociedade a educação formal é a chave sem a qual todas as portas tendem a se fechar; consideremos que sem essa chave os indivíduos ficam excluídos e as organizações e as empresas perdem em produtividade e competitividade. Assumamos, pois, esse consenso, elegendo a educação como o fator estratégico de desenvolvimento do país. Não se trata de a educação competir por recursos com outras áreas; ao contrário, ela será a via escolhida para atacar de frente, e simultaneamente, todos esses problemas. Se ampliarmos o número de escolas e as tornarmos capazes de absorver toda a população em idade escolar nos vários níveis e modalidades de ensino, se povoarmos essas escolas com todos os profissionais de que necessitam, em especial com professores em tempo integral e bem remunerados, atacaremos diretamente o desemprego, pois serão criados milhões de empregos. Atacaremos o problema da segurança, ao retirar das ruas e do assédio do tráfico de drogas muitas crianças e jovens. E, principalmente, atacaremos todos os demais problemas, já que estaremos promovendo o desenvolvimento econômico, uma vez que esses milhões de pessoas com bons salários irão consumir e, com isso, ativar o comércio, que por sua vez levará o setor produtivo a produzir e contratar mais. Isso provocará o crescimento exponencial da arrecadação de impostos com os quais o Estado poderá resolver o problema da infra-estrutura e, claro, o da qualidade da educação. Com um quadro de professores altamente qualificado formaremos os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos e tecnicamente competentes para ocupar os postos do hoje fervilhante mercado de trabalho. Estaria criado o desejado círculo virtuoso do desenvolvimento. Creio que em torno dessa bandeira os sindicatos poderiam realizar sucessivas manifestações, organizar grupos de pressão junto ao Congresso, aos governos e às empresas, inclusive as do ensino, acionar os vários veículos de comunicação e muitas outras iniciativas. Está lançada a sugestão.

ES: No caso da formação de professores no Brasil, tudo leva a crer que essa tarefa tem de ser urgentemente requalificada, para que a escola básica possa apresentar melhores resultados – afinal, o professor ensina mal porque foi mal formado. A quem caberia essa iniciativa e como o Sr. vê as atuais perspectivas de políticas voltadas a essa questão? Mais: tendo em vista que apenas 3% dos professores que atuam na educação básica são formados nas universidades públicas, não seria o caso de chamá-las à responsabilidade?

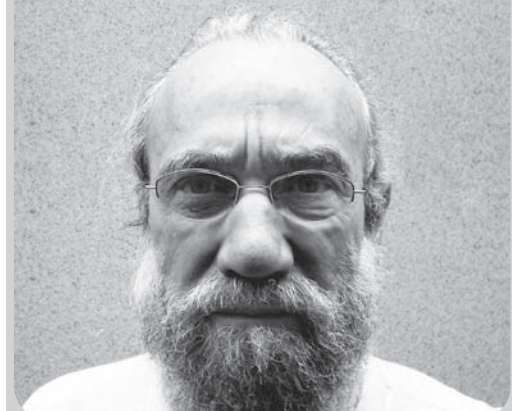
DS: O ministro Haddad informou que está criando na CAPES uma comissão permanente para traçar as linhas da formação de professores, em nível superior, para toda a educação básica. Dependendo dos recursos investidos, da composição dessa comissão e das diretrizes formuladas, essa iniciativa pode dar resultados positivos. A proposta que eu havia feito em 1997, para o Plano Nacional de Educação, previa a duplicação imediata dos atuais 4%, aproximadamente, do PIB investidos em educação para 8%. Isso valeria para municípios, estados e União. No caso da União, sugeri que fosse utilizado o montante correspondente a 4% para manter os atuais compromissos do MEC com universidades e escolas técnicas federais, dividindo-se a parcela adicional em duas partes iguais: a primeira se destinaria à educação básica, para que a União cumprisse a função de apoio técnico e financeiro, suprimindo as deficiências locais; a segunda constituiria um fundo para financiar projetos das universidades na realização das metas definidas no PNE. Penso que o primeiro e mais prioritário projeto a ser bancado com esses recursos seria o de formação do magistério. Eis o caminho para chamar à responsabilidade as universidades públicas, engajando-as fortemente no processo de formação de professores para a educação básica de todo o país.

ES: O Sr. concorda com a avaliação de que as reformas da educação superior implantadas a partir dos anos 90 tinham o objetivo de estabelecer um setor privado de massas para atendimento de um ensino de corte mais técnico e profissionalizante e, nesse passo, preservar a atuação das universidades públicas na pesquisa e na formação das elites?

DS: Sem dúvida. Explícitei isso no livro *A nova lei da educação* quando me referi à política de ensino superior do governo FHC, marcada pelo binômio "universidades de ensino" versus "universidade de pesquisa". Pretendia-se implantar essa orientação mediante emenda constitucional que removesse a exigência de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Como isso não foi possível, utilizou-se o subterfúgio da mudança de terminologia e foram criados por decreto os centros universitários. Estes se dedicariam a um bom ensino, estariam dispensados de pesquisa, mas gozariam das prerrogativas universitárias, entre elas a autonomia. E o próprio mercado já encontrou uma forma de, se não convencer, ao menos confundir a população de que se tratava, de fato, de universidades: o prefixo "Uni" compondo as siglas identificadoras dos centros universitários projeta esse entendimento.

DEPOIMENTO DOCENTE

RECUPERAR, NA LUTA, O SENTIDO DA DIGNIDADE


ANTÔNIO GERALDO JUSTINO (TONHÃO)

O dia-a-dia da escola é um corre-corre por uns trocados. É uma escola caduca, desatualizada, com giz e apagador num mundo informatizado. O mestre envelheceu nessa velocidade histórica. A realidade do aluno é a do desemprego, do subemprego. Essa escola anacrônica e hipócrita não responde às angústias do professor nem às do aluno. Sua tarefa é produzir conhecimento, não organizar o absurdo imposto pela crise do sistema capitalista.

O horror da violência na escola não faz mais que expor o horror do sistema. O Estado autocrático quer a escola pública funcionando a qualquer custo, e o patrão da escola privada quer ver o cliente passando no vestibular. O insucesso é credenciado ao professor. Há pedagogos renomados que fazem coro a esses postulados fascistas.

Apresento-me: sou Antônio Geraldo Justino (Tonhão), formado em letras pela USP. Não tenho pátria nem família; não adiro ao calendário oficial do consumismo: natal, ano novo, dia das mães, dos pais etc. Sintomaticamente, já não recordo a data do meu aniversário. Na rede pública estadual desde 1968, enfrentei a ditadura do Estado/Capital em praça pública, na greve de 2000. Lecionei até 2001, quando me cassaram o direito de cátedra e a aposentadoria. Na ditadura, por ser subversivo, mandaram-me para o DE-OPS; na democracia, vou e volto pelas vias do desemprego. Como muitos, tornei-me um camelo, porém, ainda subversivo.

Voto nulo desde 1993 porque avalio que não dá para semear ilusões de que o voto é democrático: voto é poder econômico, parlamento é ditadura do capital. Não há possibilidade de mudança no capitalismo, que está em crise, decadente, enfermo. Temos que nos organizar de forma independente e criar nossos partidos revolucionários, para disseminar idéias, subverter a ordem, fazer a revolução mundial internacionalista. Parece coisa de maluco, mas ainda é o sonho de muitos – nem tudo está perdido! É a luta pelo socialismo ou a barbárie.

Ateu convicto, sempre lutei contra o obscurantismo religioso. Por interesse de classe, a escola nunca foi laica nem científica. Se se fala em mudanças, tem que estar presente o materialismo histórico e dialético, para se contrapor ao conhecimento metafísico, idealista. Nenhum livro didático nega a existência do *homo sapiens*, do darwinismo, mas a maioria dos docentes é religiosa – a lógica de que as mudanças passam por lutas e mobilizações cai no abismo transcendental. A vida se torna um “esperando Godot”.

Diante dessa letargia político-cultural, resta atuar como classe, tendo o aluno como aliado. Temos que construir coletivamente um conhecimento que aponte para a subversão. A burguesia quer cidadãos obedientes e conformados. Estão aí as igrejas, a TV, o livro didático e até a esclerosada Lei de Segurança Nacional para enquadrar e criminalizar os lutadores. Quando o Estado, como “supremo agente regulador”, percebe nossa atuação diferenciada, persegue, põe no olho da rua, coloca a polícia no Complexo do Alemão ou tropa-de-choque para desocupar a reitoria da USP. O mesmo faz o patrão da escola particular. Um quer manter a ordem burguesa, o outro está de olho no lucro. Nessa ciranda capitalista, a nossa força de trabalho é a mercadoria mais barata para a manutenção da ideologia dominante.

O silêncio ou a luta: recuperar, na luta, o sentido da dignidade. Eis a tarefa!

FIG/UNIMESP CONTINUA APRONTANDO, COMO SEMPRE

Não é nova, e, sim, recorrente, a prática da FIG/Unimesp de burlar os direitos dos trabalhadores. E a situação piorou, e muito, no último semestre. Em maio, os professores da Educação Física e do Direito tiveram seus vencimentos atrasados em vinte dias, sob a alegação de que não havia quem assinasse os cheques – vejam a que ponto chega a desorganização! No mês de julho, os professores receberam férias, mas não salários; os funcionários receberam salários, mas não férias – estranho rodízio! Recentemente, a instituição foi autuada pela Delegacia Regional do Trabalho e condenada a pagar multa pelas irregularidades constatadas. Mais: serão novamente convocados a comparecer à sede do Sindicato para acertar o pagamento das muitas multas devidas aos professores por descumprimento da Convenção Coletiva. Para completar o clima de permanente insegurança vivido por professores e funcionários, os boatos de venda da FIG/Unimesp são conhecidos em todo o município, assim como a hipótese de falência. A troca de diretores já virou moda por lá, de tal modo que o responsável nunca aparece.

Em meio a esse estado de coisas, o curso de Pedagogia apresentou bom desempenho no ENADE e a faculdade promoveu uma sessão solene para condecorar os responsáveis, para a qual fomos convidados. Tal premiação, no entanto, não pode ofuscar os graves problemas que os trabalhadores dessa instituição vêm enfrentando. Recusamos o convite e esclarecemos, por carta, nossas razões, que agora trazemos ao julgamento da categoria. Sindicato é para lutar e o Sinpro-Guarulhos continuará ao lado de quem sempre esteve: dos professores.

EXEMPLO DE FALTA DE EDUCAÇÃO: ESCOLAS QUE NÃO PAGAM SALÁRIOS

Colégio Integrado: na reunião com os professores, em maio, constatamos atrasos no pagamento de salários e férias, o que se repetiu no mês de julho. E sequer havia quem respondesse pela diretoria da escola.

Colégio Machado de Assis: os professores não recebem há quatro meses. As várias tentativas de agendar uma reunião com os proprietários, em busca de uma saída, não obtiveram êxito. Pior: a direção do colégio insiste em não reconhecer o Sindicato.

Colégio Normandy: aqui, a situação dos docentes está entre as piores, pois além de alguns professores não receberem salários há mais de



Ex.^a Sr.^a
 Professora Andréa Luciana Harada Sousa
 DD. Presidente do SIMPRO
 Guarulhos

Excelentíssima Senhora:

Como já deve ser de seu conhecimento, a Cidade de Guarulhos ocupou a manchete dos grandes jornais, em razão do curso de Pedagogia desta Instituição de Ensino ter sido classificado entre os melhor colocados no ranking nacional e o único de sua área, entre apenas oito cursos do Estado de São Paulo a receber a nota máxima no Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, realizado pelo Inep.

A vitória, certamente, deve ser compartilhada. Há, portanto, muitas razões para convidá-la, como legítima representante da categoria, para Sessão Solene que faremos realizar em nosso auditório Prof. Dr. Abílio Baeta Neves, no campus Vila Rosália, no próximo dia 28 do corrente, com início às 20 horas, quando entregaremos aos vitoriosos Certificado de Reconhecimento para que fique registrado, *ad perpetua memoria* o sucesso alcançado.

A alegria que nos dará seu comparecimento certamente aumentará o brilho do evento, para alegria e prestígio dos laureados.

Com respeito e consideração

Prof. José Benedito Fillippo Bernardes
 Diretor do Instituto Superior de Educação – FIG
 Unimesp

Prof.^a Telma T. Oliveira de Almeida
 Coordenadora do curso de Pedagogia

Guarulhos, 28 de junho de 2007

AÇÃO SINDICAL



Guarulhos, 28 de junho de 2007

Aos Senhores (as):
 Antônio Darcy Pannocchia
 Aparecida Najar
 Naim Ibrahim Almad
 Oswaldo Caubo Garcia
 Adolfo B. de Noronha
 Denise B. de Noronha

Recebi, de maneira informal, por contato telefônico, um convite para compor a mesa da Sessão Solene em comemoração à conquista desta Faculdade pelo desempenho no ENADE e, posteriormente, um convite formal para comparecer à referida solenidade.

Inicialmente, agradeço a gentileza do convite e parabeno a Instituição pelo ótimo desempenho alcançado, resultado, em grande medida, do empenho e competência do corpo docente do curso de Pedagogia. Apesar do reconhecimento, não poderei comparecer, pelas razões que passo a expor:

A FIG/Unimesp, sem dúvida, é uma importante instituição de ensino de Guarulhos, cuja importância histórica para a cidade é inquestionável. No entanto, sou representante dos professores e professoras desse município e não posso compactuar com a situação de desrespeito, quando não descaço, que vem vitimando os professores dessa instituição. Infelizmente, nem um resultado dessa envergadura pode ocultar tal situação.

Tampouco posso compor uma mesa ao lado da Secretária da Educação que finge ignorar o descabro que é a realidade das escolas conveniadas de Guarulhos e que, por inúmeras vezes, se furtou à responsabilidade – exigida pelo cargo –, negando-se a dialogar com o sindicato.

Dessa forma, reafirmo aqui o absoluto compromisso que tenho com a defesa dos direitos dos professores e professoras de Guarulhos, bem como com uma educação de qualidade que estabeleça como condição *sine qua non* o respeito integral à atividade docente.

Por fim, não poderia deixar de mencionar (pois a minha condição de professora é anterior à de sindicalista) que um convite para um evento solene, o qual justamente premia a instituição pela formação de professores, apresente erros grosseiros de português.

Atenciosamente,
 Andréa L. Harada Sousa
 Presidente

Pressionado pela presença do Sindicato e dos pais, e diante da ameaça de paralisação dos professores, Galvão respondeu que pagaria no dia seguinte todos os atrasados. Chegando ao Normandy no dia posterior, mais uma surpresa: encontramos um papel, manuscrito, afixado na porta da escola, no qual se lia que as aulas estavam suspensas. Conclusão: o Sr. Mantenedor sumiu e os professores ocuparam a escola durante todo um fim de semana, apoiados pelos pais. Apesar da luta e da insistência do Sindicato e dos mestres, o desfecho foi triste: professores sem salários e alunos sem escola. Onde está Galvão? Toda comunidade escolar quer saber.

CONJUNTURA

ENCONTRO NACIONAL CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS MOSTRA QUE OS TRABALHADORES NÃO CANSARAM... DE RESISTIR!

Conforme aponta Armando Boito Jr. em *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Xamã, 1999), a política neoliberal, para atender aos interesses da burguesia e do imperialismo, assenta-se em três pilares: abertura comercial, com desregulamentação financeira; política de privatização e desregulamentação do mercado de trabalho, com supressão dos direitos sociais. Nessa lógica, não causa espanto que o presidente Lula, ao se defender das vaias e protestos que vem recebendo, afirme que elas vêm daqueles que “mais deveriam estar aplaudindo [pois] ganharam muito dinheiro no meu governo”. E completa: “Basta ver quanto ganharam os banqueiros, os empresários”.

Desnecessário apontar o encontro entre essa fala e a análise de Boito; necessário lembrar algumas das medidas que comprovam a eficiência do governo quando o assunto é ofe-

PLEBISCITO POPULAR – 1 A 7 DE SETEMBRO

Quatro perguntas foram definidas na plenária da Assembléia Popular, são elas:

1-Em 1997, a Cia. Vale do Rio Doce – patrimônio construído pelo povo brasileiro – foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo pode anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?

2-O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das

recer condições para o avanço do neoliberalismo e atacar os direitos dos trabalhadores: fator previdenciário, que desde 2005 reduziu drasticamente o valor da aposentadoria; redução do valor do auxílio-doença, e Reforma da Previdência de 2003, que retira direitos dos funcionários públicos.

Outros “golpes” estão sendo preparados: idade mínima para aposentadoria de 67 anos, com seu valor desvinculado do salário mínimo; redução das futuras pensões, para que seu valor passe a ser de, no máximo, 70% do atual; fim da aposentadoria especial dos professores e da dos trabalhadores rurais.

Assim, organizar a resistência constitui a única saída para garantir que os direitos conquistados pelos trabalhadores não sejam subtraídos covardemente por um governo que não hesita em mascarar seus verdadeiros interesses, recorrendo sempre que necessário ao

condições de vida e trabalho do povo?

3-Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?

4-Você concorda com uma reforma da Previdência que retire direito dos trabalhadores?

Dizer NÃO a essas perguntas é **dizer não ao roubo do patrimônio e ao fim dos direitos conquistados**. Participe e organize o plebiscito no seu local de trabalho, na sua escola,

seu passado de trabalhador e sindicalista.

O Encontro Nacional Contra as Reformas Neoliberais, realizado em 25 de março de 2007, com organização do Conlutas e de outras entidades de representação dos trabalhadores e dos movimentos sociais, propõe organizar essa resistência ativa. Para tanto, criou o Fórum Nacional de Mobilização contra as Reformas Neoliberais e aprovou um Plano de Ação Unificado. Resultam desse Plano as manifestações ocorridas em primeiro de maio, as da semana de 21 a 25 do mesmo mês e os protestos durante a abertura do PAN.

Para este semestre, além de uma manifestação em Brasília e de seminários e debates em todo o país, o calendário aprovado no Encontro Nacional prevê um plebiscito popular e uma grande marcha a Brasília.

NARA DI BEO

Prof. de Matemática e diretora do SINPRO-Guarulhos

no seu bairro ou na sua comunidade. Retire os materiais de divulgação no Sinpro-Guarulhos ou em outras entidades e movimentos responsáveis pela organização da atividade.

MARCHA NACIONAL A BRASÍLIA – 22 A 25 DE OUTUBRO

Grande manifestação contra a reforma da Previdência e demais reformas que retirem direitos dos trabalhadores.

Entrega dos resultados do Plebiscito ao governo federal.

DOCÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Comecei minha vida escolar em um conceituado colégio particular de padres agostinianos do emergente bairro do Tatuapé, conhecido pela qualidade de ensino e pelos métodos pedagógicos rigorosos comuns às tradições eclesiais. Nunca esqueci as tediosas aulas de Ensino Religioso, verdadeiras palestras de como se tornar um bom ser humano – católico, claro! Lembro do medo que tinha de que meus colegas descobrissem que eu não havia feito primeira comunhão nem era batizado. Os leitores devem estar imaginando o autor dessas lamúrias como um menino problemático desabafando os traumas de sua infância, mas essa experiência pessoal pode deixar clara a importância do professor na formação dos seus alunos.

A escola é o palco que permite a socialização e a transformação da cultura, espaço por excelência da discussão, da troca, do aprendizado, da compreensão. Nele, os professores devem ser os personagens principais e os

alunos, os espectadores. Porém, nesse grande teatro, público e elenco devem se misturar, variando suas funções, para que, juntos, possam construir um ambiente de crescimento pessoal, cultural e intelectual comum, já que todos se encontram em processo de formação. E isso sem hierarquias tolas que impeçam o contato direto e a aproximação.

O sistema atual, competitivo e apressado, exige cada vez mais da escola e de seus professores. A socialização familiar, indispensável à formação ética e moral de qualquer pessoa, foi delegada à Escola. A globalização capitalista difundiu um arquétipo de sociedade e de educação que funciona como uma verdadeira bula de regras de conduta, podando os indivíduos e diminuindo as possibilidades de desenvolver suas capacidades. Resta a mercantilização da Educação que padroniza educandos e educadores. Como dizia o ambientalista José Lutzenberger, “o mercado é totalmente cego às necessidades humanas”. Hoje, infelizmen-

te, estamos deixando nas mãos do mercado a decisão de como educar nossos filhos.

Uma reação contra essa fetichização só é possível com uma nova conscientização, produto de uma nova Educação. E a participação, principalmente, dos professores na construção dessa nova perspectiva transformadora é indispensável. Um docente comprometido, além de lecionar matérias curriculares que agregam à formação intelectual do aluno, deve ensinar cidadania, conscientizar os estudantes de seus direitos e deveres como cidadãos e incentivar o exercício da democracia. Deve preparar o estudante para uma carreira profissional, sim, mas também orientá-lo na construção de sua vida pessoal e social.

Uma característica peculiar do capitalismo é o individualismo. Como previra Tocqueville, “os cidadãos, à medida que se dedicam cada vez mais aos seus afazeres enriquecedores, vão concomitantemente abandonando seu interesse pelas coisas públicas”. Por isso,

os professores devem alertar seus alunos para o papel fundamental da ação política, pois é por meio dela que conseguiremos conquistar uma Educação de melhor qualidade.

Nessa direção, é sumamente importante manter as possibilidades de desenvolver órgãos livres, como a escola e o sindicato, que garantam o espaço da palavra e da ação e que estimulem a associação de cidadãos interessados em defender seus direitos e em defender e, sobretudo, melhorar um dos nossos bens mais preciosos, a Educação, sustentáculo da soberania de qualquer nação.

PEDRO MEDEIROS
 SANTOS
 Estudante de Ciências
 Sociais – USP



GUARULHOS E SUAS HISTÓRIAS

A CONSTRUÇÃO DO PASSADO – IV

BONSUCESSO E CARPIÇÃO: AGOSTO DA CULTURA POPULAR



Núcleo Central de Bonsucesso e um dos ramais da antiga "Estrada Geral". Fonte: AHCG. Autoria: Desconhecida, Década de 1930.

... mas o povo cria mais o povo engenha mas o povo cavila o povo é inventalínguas na malícia da maestria no matreiro da maravilha no visgo do improvisado (Haroldo de Campos)

Em Guarulhos, o mês de agosto deveria ser considerado o da cultura popular, pois é quando acontecem algumas das principais manifestações do universo social e cultural do povo. Elas testemunham o processo de interatividade, circularidade e resistência sociocultural da população que vem constituindo historicamente suas vivências, identidades e territórios. Neste artigo, por uma contingência de espaço, escrevemos sobre as manifestações que ocorrem em Bonsucesso. Porém, desde já nos comprometemos a escrever sobre o Cabuçu.¹

Em agosto, há mais de dois séculos e meio, ocorrem as festas da Carpição e de Nossa Senhora de Bonsucesso, duas tradicionais manifestações socioculturais, religiosas e legítimas representantes da cultura popular da Grande São Paulo. A Carpição é realizada na primeira segunda-feira do mês e a Festa em Devoção a N. S. de Bonsucesso no último fim de semana – segundo a data oficial da Igreja, a festa completará em 2007 sua 266.^a edição. Novenas, romarias, procissões, missas, cantorias, folias de reis, congadas, moçambiques, catiras e violeiros de Guarulhos e região constituem o contexto religioso-popular dessas festas. Somam-se a esse cenário as centenas de barracas vendendo os mais diversos produtos alimentícios, utensílios, jogos e, por vezes, cavalhadas.

Já em 1913, o vigário de Guarulhos, Padre Celestino, em relatório que consta do livro de Tombo da Igreja Matriz, descrevendo o município e sua população, explicava: "esse termo carpição parece derivar do verbo 'carpir' porque primitivamente, pouco antes da festa, grande número de pessoas era chamada para fazer a limpeza e para carpir o Adro (ou Pátio como aqui denominam). Naturalmente mais tarde, como esse serviço era em benefício da Igreja de Nossa Senhora, algumas pessoas iam por devoção e outras por promessas, fazer essa limpeza."²

A imagem aqui exposta – uma das mais antiga que encontramos de Bonsucesso – mostra a igreja e algumas pessoas carpindo o adro. A Carpição, no entanto, não é uma manifestação exclusiva da cultura religiosa-popular de Guarulhos; segundo depoimentos que recolhemos, há outras versões para as origens da Carpição no município. Comparando a foto acima com o atual contexto urbano-social daquele espaço, percebe-se que, apesar das alterações que ocorreram no entorno da igreja – como a pavimentação do adro (provavelmente na década de 70), impedindo-se, assim, o ato de carpir, e a destruição da casa dos romeiros –, a devoção e a procura pela terra de Bonsucesso e pelas gra-

ças de Nossa Senhora continuaram. Por isso, compreendemos a cultura popular, a exemplo do que ocorre em Bonsucesso, não como algo puro, isolado e sem dinâmica, e sim como o "campo simbólico e material das atividades" populares em sua interatividade e circularidade com o processo sociocultural e econômico nos diferentes contextos históricos, ou seja, como manifestação popular que se realiza por meio de constantes negociações entre sujeitos e pelas incorporações de significados de um segmento social pelo outro.

Pelos dados e as fotografias atuais é perceptível o quanto a tradição permanece forte nesse lugar, oferecendo ao espaço identidade como território de devoção e manifestação da cultura popular em Guarulhos, apesar de não existir mais a necessidade de carpir desde 1913, conforme as palavras do Padre Celestino: "atualmente, apesar de não ser necessário fazer essa limpeza, pois o Adro é conservado sempre limpo, ainda nesse dia vão lá um sem número de romeiros a cumprir essas promessas".

Mesmo impedidos de carpir, a permanência da Festa da Carpição mostra que as pessoas não são apenas receptoras passivas da manipulação das classes dominantes; são sujeitos do processo cultural e social, dialogando, negociando e construindo suas vivências e significados em forma de movimentos socioculturais, conferindo identidade aos espaços, tal como vem ocorrendo em Bonsucesso há mais de dois séculos e meio. Apesar das alterações no espaço, que poderiam provocar o fim da festa, as atividades envolvendo a procura pela terra continuaram com sua força social e cultural. Segundo os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha Metropolitana*, em 2000, aproximadamente entre 15 a 20 mil pessoas dos mais diversos lugares do Estado e região passaram pelas Festas.³

Convidamos você para, em agosto, participar das Festas da Carpição (primeira segunda-feira) e de N. S. de Bonsucesso (último fim de semana).

1 Muito do que segue foi baseado nos Livros: SANTOS, Carlos José F. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP*. SP: Annablume/Sinpro, 2006; *Nem Tudo Era Italiano – São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. SP: Annablume/Fapesp, 2003 / Dissertação: PINHEIRO, Mauricio. "Santuário de Nossa Senhora do Bonsucesso: uma tradição profana". Assis: Mestrado em História-UNESP, 2004.

2 PADRE CELESTINO, Gomes d'Oliveira. "Relatório e Anotações. Terceiro Livro de Tombo da Paróquia de Guarulhos, 1913.

3 O Estado de São Paulo: Guarulhos-Metropóle. "Carpição é comemorada há 259 anos", 4 de agosto de 2000; e *Folha Metropolitana*, 3 de setembro de 2000.

CARLOS JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
 Professor universitário;
 Mestre em História (PUC-SP) e Doutor (FAU-USP)

MAURÍCIO PINHEIRO
 Professor universitário; Mestre em História (UNESP-Assis)

NOITADAS CULTURAIS

PROGRAMAÇÃO

25/08 – Música e teatro

- Abertura musical: Banda 16 Toneladas
- Performance Circense: Pupurri (Pru Público Rí) com a Cia Brancalcione
- Show com a Banda Los Cabeções (samba-rock, swing e psicodelia)

29/09 – Cinema e música

- Filme: O invasor
- Música: Banda 16 Toneladas (ritmo, ruído, batoque, barulho)

27/10 – Poesia e cinema

- Sarau de poesias
- Filme: Quanto vale ou é por quilo?

01/12 – II Noitada Cultural

- Nova mostra de cultura alternativa madrugada afora

PRESIDENTE

André L. Harada Sousa

VICE-PRESIDENTE

Juan Francisco Amaral Ramos

SECRETÁRIO GERAL

Mauro Ailton Puerro

TESOUREIRA

Nara Di Beo

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E PREVIDENCIÁRIOS

Ezio Expedito Ferreira Lins

SUPLENTE

Cesar Magalhães Borges

Evânir Baptista Penna

José Henrique Pereira Santos

Joseli Magalhães Perezine

Luís Henrique Augusto

Paulo Roberto da Silva

Ubiratan Evangelista Lucas Souza

Valmir de Souza

CONSELHO FISCAL

Carlos José Ferreira dos Santos

Nelson Sidinei Velloso

Wilton Carlos Rentero

Zoroastro de Miranda Boari

DELEGADOS FEDERATIVOS

Cristiã Regina Gerônimo da Costa de Pádua

Maurício Pinheiro

CONSELHO EDITORIAL

André L. Harada Sousa

Carlos José Ferreira dos Santos

Clécio Ferreira Mendes

Ezio Expedito Ferreira Lins

Joseli Magalhães Perezine

Mauro Ailton Puerro

Nara Di Beo

Nelson Sidinei Velloso

Valmir de Souza

EQUIPE TÉCNICA

Editor: Eduardo Santos

Arte gráfica: João Ricardo M. Oliveira

Jornalista responsável: Cirino Rodrigues – MTB 16062

Expressão Sindical não subscreve, necessariamente, as opiniões emitidas nos textos assinados.

SEÇÃO CULTURAL

CULTURA (IV):

RAÇA E ETNIA NO BRASIL?

"... são quase todos pretos; ou quase pretos, ou quase brancos, ou quase brancos, quase pretos de tão pobres; e pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos (Gil e Caetano)

Na virada do século XIX para o XX, o crítico literário e estudioso da população brasileira Silvio Romero calculava que o Brasil, em três séculos, teria conseguido o "sonhado" branqueamento da sua população (VENTURA, p. 63). Outro intelectual do período como o diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacerda, convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, em julho de 1911, previa que: "o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução [...]" (SCHWARZ, p. 11).¹ Tais previsões resumem o pressuposto que orientava o debate sobre a formação do povo brasileiro no período: a matriz étnica popular era considerada inferior dada a presença de índios, negros e mestiços. Destacaram-se nessa discussão outros conhecidos personagens da cena intelectual brasileira tais como Euclides da Cunha, Araripe Júnior, Manoel Bonfim, Joaquim Nabuco, José de Alencar, Machado de Assis. Vale lembrar as divergências entre eles tanto acerca do tema da formação do povo brasileiro quanto sobre os caminhos para solucionar o que muitos consideravam o maior problema nacional: a nossa composição racial. Por exemplo, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, segundo Roberto Ventura (p. 61), acreditavam que a miscigenação seria "sinônimo de degeneração"; já Romero apostava no branqueamento pela mistura racial como possibilidade para "reabilitar as raças inferiores".

De uma forma ou de outra, os intelectuais nacionais do período inspiravam-se na produção das teorias raciais da Europa do séc. XIX defendidas por autores como G. Cuvier, Gobineau, Galton, Quatrefage, Agassiz, Morton, Spencer, Broca, Lombroso, Pogliano. Tais teorias racistas europeias, ainda segundo Ventura (p. 58), "se ligaram aos interesses dos grupos letrados" brasileiros "de se diferenciarem da massa popular, cujas formas de cultura e religião eram depreciadas como atávicas, atrasadas ou degeneradas." Desse modo, no caso brasileiro, "a teoria racista não exprimi, portanto, apenas interesses colonialistas e imperialistas, já que se articulava aos interesses de grupos nacionais identificados à modernidade ocidental. O racismo e o liberalismo foram redefinidos no Brasil, o que torna problemáticas as colocações de Roberto Schwarz sobre as 'idéias fora do lugar', ou as de 'atraso' e 'reflexo cultural', propostas por Dante Moreira Leite e Nelson Werneck So-

dré". Ou seja, se alguns intelectuais nacionais copiaram as concepções raciais europeias, outros realizaram adaptações e alterações. De uma forma ou de outra a leitura racial foi um dos mecanismos de dominação, imposição e exclusão. Se, entre os séculos XIX e XX, para os estudiosos europeus a miscigenação era radicalmente condenada como degeneração das raças (o mestiço era compreendido como sub-raça), para alguns estudiosos brasileiros (como Romero) era nossa solução.

No mesmo período, várias cidades do Estado de São Paulo, incluindo Guarulhos e a capital, vivenciaram discursos e intervenções dos grupos ligados ao poder público num contexto de idéias bastante semelhantes às concepções presentes entre os pensadores brasileiros aqui apontados. Em nossos estudos sobre essas duas cidades, identificamos uma "vontade" de que a população fosse de origem européia e branca. Isso fica evidente, por exemplo, na rara frequência com que os anuários e relatórios populacionais trataram da parcela popular da nação – negros, índios, mestiços, pretos, pardos, caboclos, caipiras, mulatos, nativos, brasileiros...os da terra, enfim. Era quase sempre para constatar, com entusiasmo, sua "inferioridade" em relação à "superioridade" da presença estrangeira, que trazia "enormes vantagens [...] para o crescimento vegetativo de São Paulo" (Anuário Estatístico da Seção de Demografia – AESD: 1902 e 1903, p. 103) e, consequentemente, para a transformação, no caso de São Paulo e região, "numa grande cidade italiana". (AESD:1916 e 1917, p. 17). De um lado, nacionais inferiorizados e desqualificados em termos culturais, sociais e étnicos, e ainda vinculados aos horrores e à barbárie de um passado que se procurava rejeitar, a escravidão; de outro, imigrantes europeus supostamente "qualificados" por representarem o modelo de civilização e desenvolvimento que se desejava seguir. Analisando os nascimentos entre os habitantes da capital em 1907, o Anuário daquele ano constata e saúda o predomínio de crianças de pais "estrangeiros": "todos compreendem o motivo dessa predominância, pois a nossa população é, na sua maior parte, composta de estrangeiros, os elementos indiscutíveis do nosso progresso" (AESD: 1907 e 1908, p. 15).

No próximo artigo, voltaremos ao debate das relações entre cultura, etnia e raça no Brasil.

1 VENTURA, R. *Estilo tropical*. SP: Cia das Letras, 1991; SCHWARZ, L.M. *O espetáculo das raças*. SP: Cia das Letras, 1993.

CARLOS JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
 MAURÍCIO PINHEIRO

DVDTECA SINPRO

A PESSOA É PARA O QUE NASCE

Brasil, 2003



Gênero:

Documentário

Direção:

Roberto Berliner

Elenco:

Regina Barbosa, Maria das Neves Barbosa, Francisca da Conceição Barbosa, Gilberto Gil, Hermeto Pascoal

Duração:

89 Minutos

Faixa etária:

Livre

Todo mundo tem que nascer com uma coisa. Tem o destino de nascer com uma coisa. Quem nasce pra tocar, é pra tocar. Quem nasce pra cantar coco, é pra cantar coco. E quem nasce pra negociar, é pra negociar com as coisas. Nós, como não tem a visão pra trabalhar com outras coisas... nascemos pra bater... vivia batendo ganzá no meio da rua.

A frase é de Maria das Neves, uma das "Ceguinhas de Campina Grande", como ficou conhecido o trio das irmãs Barbosa, completado por Regina e Francisca da Conceição. Três irmãs "cantadoras", batedoras de ganzá, cegas de nascença, que desde cedo trabalhavam cantando e pedindo donativos nas ruas de Campina Grande e cidades próximas. Em 1997, durante as filmagens para a série de TV Som da Rua, foram descobertas pelo diretor Roberto Berliner. Interessado na história e personalidade dessas mulheres, ele as conver-

teu em tema de seu longa-metragem "A pessoa é para o que nasce", finalizado em 2003.

A vida quase fecha espaço para a arte. Põe a deficiência física no começo da trilha e inclui no percurso dificuldades financeiras, um histórico de homens exploradores, a trágica perda de um grande amor, a espera de um amor que não vem, a perspectiva de solidão. Mas a arte, com punhal em forma de ganzá, abre os caminhos da vida. E os caminhos mais iluminados não são aqueles que levam os artistas do camarim ao palco do Teatro Castro Alves, ou do Teatro Alfa, são os caminhos da vida cotidiana. Maroca, Poroca e Indaiá, como são conhecidas, sabem caminhar na vida com desenvoltura. São articuladas, possuem senso de humor, opinião, jogo de cintura e uma energia tocante que as leva a trabalhar inclusive para sustentar parentes e agregados.

Qualquer material que pretenda apresentar uma determinada realidade esbarra na presença do meio utilizado e dos olhos de quem a registra, o que impossibilita a imparcialidade. Com suas metalinguagens, Berliner faz transparecer esse processo, revelando o delicado trabalho do documentarista. E vai além, construindo com as irmãs, em natural interação, uma realidade mágica que se desnuda aos nossos olhos. A sintonia fina entre imagem, som e roteiro contorna personalidades fortes que se desvendam nas conversas mais casuais, nos hábitos mais cotidianos, revelando as irmãs como impressionantes personagens da vida.

KELLY FERNANDES
 Jornalista

CURSOS NO SINPRO

Curso de Extensão (12 horas-aula)

HISTÓRIA DE GUARULHOS: identidades, territórios, patrimônios culturais, meio ambiente e conflitos

Prof. Dr. Carlos José F. dos Santos
 Turmas de AGOSTO – sábados das 9h às 12h ou das 13:30h às 16:30h

Curso de Extensão (12 horas-aula)

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA uma introdução

Prof. Dr. José Luis Vieira de Almeida
 (Unesp/Uninove)
 Dias 14, 21 e 28/09 e 5/10 das 19h às 22h

Local: SINPRO-Guarulhos
 Rua Maria Lucinda, 53 – Centro

Informações e inscrições:
 SINPRO-Guarulhos – Tel: 6472-7098
 www.sinproguarulhos.org.br

